



SENADO FEDERAL

PARECER (SF) Nº 14, DE 2021

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem (SF) nº 51, de 2021, que Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor ANTONIO JOSÉ FERREIRA SIMÕES, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Delegado Permanente do Brasil junto à Associação Latino-Americana de Integração e ao Mercado Comum do Sul.

PRESIDENTE: Senadora Kátia Abreu

RELATOR: Senador Zequinha Marinho

RELATOR ADHOC: Senador Carlos Viana

25 de Novembro de 2021





SENADO FEDERAL
GABINETE DO SENADOR ZEQUINHA MARINHO

PARECER Nº , DE 2021

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre o Mensagem (SF) nº 51, de 2021, da Presidência da República, que *submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor ANTONIO JOSÉ FERREIRA SIMÕES, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Delegado Permanente do Brasil junto à Associação Latino-Americana de Integração e ao Mercado Comum do Sul.*

Relator: Senador **ZEQUINHA MARINHO**

É submetida ao exame desta Casa a indicação que o Exmo. Sr. Presidente da República faz do Senhor ANTONIO JOSÉ FERREIRA SIMÕES, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores (MRE), para exercer o cargo de Delegado Permanente do Brasil junto à Associação Latino-Americana de Integração e ao Mercado Comum do Sul.

Conforme o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal é competência privativa do Senado Federal apreciar previamente, e deliberar por voto secreto, a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente.

Nesse sentido e em atendimento ao previsto no art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal, o Ministério das Relações Exteriores encaminhou currículo do diplomata.



O Senhor Antonio José Ferreira Simões, nascido em 14 de julho de 1960 na cidade do Rio de Janeiro-RJ, é filho de Walter Simões e Norma de Jesus Ferreira Simões.

Concluiu o Curso de Preparação para a Carreira Diplomática do Instituto Rio Branco em 1981 e ingressou na carreira, no posto de Terceiro-Secretário, no ano seguinte. Ainda no âmbito do Instituto Rio Branco atendeu os cursos de Aperfeiçoamento Diplomático (CAD) e de Altos Estudos (CAE), tendo defendido, nesse último, a tese intitulada “A ALCA no limiar do século XXI: Brasil e EUA na negociação comercial hemisférica”.

O diplomata indicado tornou-se Segundo-Secretário em 1986; Primeiro-Secretário em 1993; Conselheiro em 1998; Ministro de Segunda Classe em 2003; e Ministro de Primeira Classe em 2007. Todas as promoções por merecimento.

Ao longo de sua carreira, exerceu diversas funções. Entre as desempenhadas na Chancelaria e na Administração Pública Federal, merecem destaque as de assessor do Departamento de Organismos Internacionais (1993); assessor da Subsecretaria-Geral de Planejamento Político (1993-1995); Chefe do Núcleo de Coordenação da Área de Livre Comércio das Américas – ALCA (1999-2001); Coordenador-Adjunto e Geral da Coordenação-Geral para as Negociações da ALCA (2001-2003); assessor no Gabinete do Ministro de Estado (2003-2005); Chefe da Secretaria de Planejamento Diplomático (2005-2006); Diretor do Departamento de Energia (2006-2008); e Representante do Ministério das Relações Exteriores junto à ITAIPU Binacional (2010-2013).

No exterior, serviu como Primeiro-Secretário na Missão junto à Organização das Nações Unidas – ONU (1995-1999); Embaixador em Caracas (2008-2010); Embaixador em Madri (2015-2018); e Embaixador em Montevideu (2018-presente).

Foi, ainda, chefe de inúmeras delegações, bem como de relevantes missões brasileiras ao longo de sua profícua carreira. O indicado foi, por igual, merecedor de importantes condecorações.

Ainda em conformidade com preceito regimental, a mensagem presidencial veio acompanhada de sumário executivo elaborado pelo Ministério das Relações Exteriores sobre a ALADI e o Mercosul. E, em atendimento à decisão do Plenário desta Comissão, foi juntado o relatório de



gestão da Chefe de Posto em final de missão, Embaixador Bruno de Rísios Bath.

A ALADI, estabelecida pelo Tratado de Montevideu, em 1980, com sede naquela cidade, conta atualmente com 13 membros (Brasil, Argentina, Bolívia, Chile, Colômbia, Cuba, Equador, México, Panamá, Paraguai, Peru, Venezuela e Uruguai), sendo o Brasil um de seus membros fundadores. Cuida-se do principal arcabouço jurídico-institucional da integração econômico-comercial na América Latina, que prevê a criação progressiva e gradual de mercado comum latino-americano, mediante os seguintes mecanismos: i) preferência tarifária regional (PTR), que é comum a todos os países-membros e diferenciado conforme o nível de desenvolvimento; ii) acordos de alcance regional (AR), comuns a todos os países-membros; e iii) acordos de alcance parcial, com a participação de dois ou mais países da área.

O Produto Interno Bruto dos países da ALADI é de US\$ 4,69 trilhões (2016). O intercâmbio do Brasil com a ALADI totaliza US\$ 49,17 bilhões (2020).

Vale lembrar que a ALADI tem como precursora a Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC), criada em 1960, com o objetivo de conformar uma ambiciosa área de livre comércio na América Latina, sob a influência do pensamento desenvolvimentista da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL).

Desde a década de 1990, as negociações no âmbito da ALADI estão centradas em acordos de alcance parcial bilaterais ou plurilaterais – e não em amplas rodadas multilaterais – sobretudo os chamados Acordos de Complementação Econômica (ACEs), que liberalizam o comércio apenas entre alguns países-membros.

Nesse processo de integração econômico-comercial da ALADI, o Brasil tornou-se protagonista, tendo celebrado importantes acordos nas últimas duas décadas. Desse modo, a região consolidou-se como espaço de relevância para o comércio exterior brasileiro e esses acordos servem de instrumentos de promoção e consolidação de exportações brasileiras de maior valor agregado.

Sobre o Mercosul, o documento informativo do Itamaraty lembra que o bloco nasceu no início dos anos noventa, na esteira da aproximação entre Brasil-Argentina, ocorrida na década precedente, dentro



do contexto de redemocratização, reforma econômica e superação das hipóteses de conflito. Em 1991, Paraguai e Uruguai somaram-se às duas maiores economias da região para instituir o Mercosul. Posteriormente, a Venezuela. Além disso, como associados, estão Bolívia (desde 1996, em processo de adesão), Chile (desde 1996), Peru (desde 2003), Colômbia e Equador (desde 2004), Guiana e Suriname (desde 2015).

Os acordos fundamentais do bloco são o Tratado de Assunção, de 1991, que o criou; o Protocolo de Ouro Preto, de 1994, que definiu o arcabouço institucional dos principais órgãos do Mercosul, bem como sua personalidade jurídica; o Protocolo de Olivos sobre Solução de Controvérsias (2002); o Protocolo de Ushuaia sobre Compromisso Democrático no Mercosul, Bolívia e Chile (1998); o Protocolo de Assunção sobre Compromisso com a Promoção e Proteção dos Direitos Humanos (2005); e o Protocolo Constitutivo do Parlamento do Mercosul (2005).

Do ponto de vista institucional, o Protocolo de Olivos e a instituição do Parlamento do Mercosul são considerados grandes avanços na última década. O estabelecimento do Fundo de Convergência Estrutural do MERCOSUL (FOCEM), em 2005, marcou, por sua vez, nova etapa no tratamento das assimetrias no âmbito do bloco.

Por fim, destacamos excertos sobre o FOCEM e o Parlasul do Embaixador BRUNO DE RÍSIO BATH, em final de missão no posto:

16. Os trabalhos da Delegação Permanente do Brasil no que se refere ao MERCOSUL concentram-se na Comissão de Representantes Permanentes do MERCOSUL (CRPM), em cumprimento aos mandatos recebidos do Grupo Mercado Comum (GMC). Nesse contexto, destaca-se o acompanhamento e a supervisão do Fundo para a Convergência Estrutural do MERCOSUL (FOCEM).

17. O FOCEM foi criado para promover a competitividade e a coesão social dos Estados Partes, reduzir as assimetrias econômico-sociais em regiões menos desenvolvidas, impulsionar a convergência estrutural e fortalecer a estrutura institucional do MERCOSUL. Estabelecido pelas Decisões do Conselho do Mercado Comum (CMC) nº 45/04 e nº 18/05, o FOCEM encontra-se em efetivo funcionamento desde 2007. Sua carteira de projetos alcança investimentos de US\$ 1,55 bilhão, com mais de US\$ 1 bilhão de recursos comunitários. Entre os projetos contemplados incluem-se a construção ou recuperação de estradas, ferrovias, linhas de transmissão elétrica, casas populares, obras de saneamento básico, capacitação de pequenas e médias empresas, educação e fomento à ciência, tecnologia e inovação.



(...)

32. O PARLASUL, por meio de suas diferentes instâncias, mantém ativa agenda de relacionamento com outros parlamentos, autoridades governamentais, organizações internacionais e representantes da sociedade civil. Nesse sentido, ressalta-se, dentre outras ações: a visita de membros do PARLASUL ao estado de Roraima, em novembro de 2018, para conhecer a situação de migrantes venezuelanos na região; a participação em foros interparlamentares, como a Assembleia Parlamentar Euro-Latino-americana; e o estabelecimento de convênios com instituições acadêmicas e organismos internacionais, como a OPAS. O Observatório da Democracia, criado em 2008 para contribuir para o fortalecimento dos objetivos previstos no Protocolo de Ushuaia sobre o Compromisso Democrático do MERCOSUL, realiza missões de observação e acompanhamento eleitoral a diversos países latino-americanos.

Diante do exposto, julgamos que os integrantes desta Comissão possuem elementos suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial, nada mais podendo ser aduzido no âmbito deste Relatório.

Sala da Comissão,

, Presidente

Senador Zequinha Marinho, Relator





Reunião: 19ª Reunião, Extraordinária, da CRE

Data: 25 de Novembro de 2021 (Quinta-feira), às 09h

Local: Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

TITULARES		SUPLENTEs	
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, REPUBLICANOS, PP)			
Renan Calheiros (MDB)	Presente	1. Dário Berger (MDB)	
Fernando Bezerra Coelho (MDB)	Presente	2. Marcio Bittar (PSL)	
Jarbas Vasconcelos (MDB)		3. Veneziano Vital do Rêgo (MDB)	Presente
Nilda Gondim (MDB)	Presente	4. Flávio Bolsonaro (PATRIOTA)	Presente
Esperidião Amin (PP)	Presente	5. Daniella Ribeiro (PP)	
Kátia Abreu (PP)	Presente	6. Eliane Nogueira (PP)	
Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (PODEMOS, PSDB, PSL)			
Mara Gabrilli (PSDB)	Presente	1. Plínio Valério (PSDB)	
Roberto Rocha (PSDB)		2. Chiquinho Feitosa (DEM)	Presente
Flávio Arns (PODEMOS)	Presente	3. Soraya Thronicke (PSL)	Presente
Marcos do Val (PODEMOS)	Presente	4. Giordano (MDB)	
PSD			
Antonio Anastasia (PSD)	Presente	1. Lucas Barreto (PSD)	
Nelsinho Trad (PSD)	Presente	2. Sérgio Petecão (PSD)	
Carlos Viana (PSD)	Presente	3. VAGO	
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)			
Chico Rodrigues (DEM)	Presente	1. Marcos Rogério (DEM)	
Zequinha Marinho (PSC)		2. Maria do Carmo Alves (DEM)	
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)			
Jaques Wagner (PT)	Presente	1. Fernando Collor (PROS)	
Humberto Costa (PT)		2. Telmário Mota (PROS)	
PDT/CIDADANIA/REDE (REDE, PDT, CIDADANIA)			
Cid Gomes (PDT)	Presente	1. Fabiano Contarato (REDE)	
Randolfe Rodrigues (REDE)		2. Weverton (PDT)	Presente



Reunião: 19ª Reunião, Extraordinária, da CRE

Data: 25 de Novembro de 2021 (Quinta-feira), às 09h

Local: Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7

NÃO MEMBROS DA COMISSÃO

Izalci Lucas

Rodrigo Pacheco

Rodrigo Cunha

Paulo Rocha

**Resultado de Votação Secreta****Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional**

Indicação de chefes de missão diplomática

MSF 51/2021 - ANTONIO JOSÉ FERREIRA SIMÕES - ALADI E MERCOSUL

Início da Votação: 25/11/2021 10:01:34

Fim da Votação: 25/11/2021 05:08:51

TITULARES		SUPLENTEs	
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, REPUBLICANOS, PP)			
RENAN CALHEIROS (MDB)	votou	1. Dário Berger (MDB)	
FERNANDO BEZERRA COELHO (MDB)	votou	2. Marcio Bittar (PSL)	
JARBAS VASCONCELOS (MDB)		3. Veneziano Vital do Rêgo (MDB)	votou
NILDA GONDIM (MDB)	votou	4. Flávio Bolsonaro (PATRIOTA)	não computado
ESPERIDIÃO AMIN (PP)	votou	5. Daniella Ribeiro (PP)	
KÁTIA ABREU (PP)	votou	6. Eliane Nogueira (PP)	
Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (PODEMOS, PSDB, PSL)			
MARA GABRILLI (PSDB)		1. Plínio Valério (PSDB)	
ROBERTO ROCHA (PSDB)		2. Chiquinho Feitosa (DEM)	votou
FLÁVIO ARNS (PODEMOS)		3. Soraya Thronicke (PSL)	
MARCOS DO VAL (PODEMOS)	votou	4. Giordano (MDB)	
PSD			
ANTONIO ANASTASIA (PSD)	votou	1. Lucas Barreto (PSD)	
NELSINHO TRAD (PSD)	votou	2. Sérgio Petecão (PSD)	
CARLOS VIANA (PSD)	votou	3. VAGO	
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)			
CHICO RODRIGUES (DEM)	votou	1. Marcos Rogério (DEM)	
ZEQUINHA MARINHO (PSC)		2. Maria do Carmo Alves (DEM)	
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)			
JAQUES WAGNER (PT)		1. Fernando Collor (PROS)	
HUMBERTO COSTA (PT)		2. Telmário Mota (PROS)	
PDT/CIDADANIA/REDE (REDE, PDT, CIDADANIA)			
CID GOMES (PDT)		1. Fabiano Contarato (REDE)	
RANDOLFE RODRIGUES (REDE)		2. Weverton (PDT)	votou

Votação:TOTAL 13 SIM 13 NÃO 0 ABSTENÇÃO 0**Senadora Kátia Regina de Abreu
Presidente**

Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, EM 25/11/2021

DECISÃO DA COMISSÃO

(MSF 51/2021)

REUNIDA A COMISSÃO NESTA DATA, É APROVADO O RELATÓRIO, QUE PASSA A CONSTITUIR PARECER DA COMISSÃO, APÓS ARGUIÇÃO PÚBLICA, EM ESCRUTÍNIO SECRETO, QUE CONCLUI PELA ESCOLHA DO NOME DO SENHOR ANTONIO JOSÉ FERREIRA SIMÕES, MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE DA CARREIRA DE DIPLOMATA DO MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, PARA EXERCER O CARGO DE DELEGADO PERMANENTE DO BRASIL JUNTO À ASSOCIAÇÃO LATINO-AMERICANA DE INTEGRAÇÃO E AO MERCADO COMUM DO SUL, COM 13 VOTOS FAVORÁVEIS, NENHUM VOTO CONTRÁRIO E NENHUMA ABSTENÇÃO.

25 de Novembro de 2021

Senadora KÁTIA ABREU

Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa
Nacional